



“ORA-YÊ-YÊ-Ô OU BELEZA NEGRA”: DA RESSIGNIFICAÇÃO DISCURSIVA AO EMPODERAMENTO FEMININO NEGRO¹

“ORA-YÊ-YÊ-Ô OR BLACK BEAUTY”: FROM DISCURSIVE
 RESIGNIFICATION TO BLACK FEMALE EMPOWERMENT

Roberto Leiser Baronas², Julia Lourenço Costa³
 Bianca de Oliveira Fabiano⁴

RESUMO

Desde as suas primeiras manifestações, os coletivos de mulheres negras têm historicamente lutado pelo empoderamento feminino negro. Com o advento da Web 2.0, essa luta ganha um novo capítulo na história. O presente artigo tem por objetivo compreender, baseando-se nos pressupostos teórico-metodológicos da análise do discurso francesa, mais especificamente acerca da Análise do Discurso Digital (PAVEAU, 2017, 2021), como ocorrem os processos de resignificação discursiva (PAVEAU, 2019, 2021) nos coletivos de mulheres negras na *web*. Para tanto, partiremos das redes sociais (*Instagram* e *Facebook*) para observar como se constroem os valores não apenas linguageiros, mas políticos, ideológicos e discursivos de determinadas palavras, expressões e imagens que são mobilizadas por esses coletivos, transformando-as em bandeiras de luta, de maneira que sejam resignificadas.

Palavras-chave: análise do discurso digital; resignificação; coletivos de mulheres negras.

ABSTRACT

Since their first manifestations, black women's collectives have historically fought for black female empowerment. With the advent of web 2.0 this struggle gains a new chapter in history. This

¹ Este artigo apresenta resultados parciais do trabalho de Iniciação Científica intitulado *A resignificação em contradiscursos de coletivos de mulheres negras na web 2.0*, desenvolvido com apoio do CNPq.

² Professor no Departamento de Letras da Universidade Federal de São Carlos – UFSCAr e Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq, nível 1 C. E mail: baronas@ufscar.br - <https://orcid.org/0000-0003-0758-0370>

³ Pós-Doutoranda na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH, da Universidade de São Paulo – USP. E mail. juliajlc@gmail.com - <https://orcid.org/0000-0001-8571-8879>

⁴ Graduanda no Bacharelado em Linguística da Universidade Federal de São Carlos – UFSCAr. E mail: byanca_98@hotmail.com - <https://orcid.org/0000-0001-7387-8162>

article aims to understand, based on the theoretical and methodological assumptions of French discourse analysis, more specifically about Digital Discourse Analysis (PAVEAU, 2017, 2021), how the processes of discursive resignification (PAVEAU, 2019, 2021) occur in black women's collectives on the web. To this end, we will start from social networks (Instagram and Facebook) to observe how not only linguistic, but political and ideological values are constructed, discursive of certain words, expressions and images mobilized by these collectives, transforming them into flags of struggle of this collective.

Keywords: digital discourse analysis; resignification; black women's collectives.

1 INTRODUÇÃO

Compondo a base da pirâmide social, a categoria veementemente nomeada *mulher negra* é grupo fortemente subalternizado não só no Brasil, mas em boa parte do mundo, devido a diversos fatores históricos, sociais, econômicos e políticos. De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2019, a população brasileira é constituída por 42,7% que se declararam como brancos, 46,8% como pardos, 9,4% como pretos e 1,1% como amarelos ou indígenas, totalizando a soma em quesito racial – pardos e pretos – a maioria numérica no Brasil, apesar de continuar pertencendo aos grupos minorizados.

No Brasil, o desenvolvimento histórico se deu em torno do racismo estrutural, entendido como “uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios [...]” (ALMEIDA, 2018, p. 25). De fato, podemos traçar um paralelo entre a máscara de Flandres – uma espécie de mordaca adotada pela lógica colonial e utilizada durante o período de escravidão como fonte de tortura, com a finalidade de impedir que a população escravizada pudesse se comunicar ou sequer ingerir alimentos – com a categoria *mulher negra* a partir do conceito “máscara do silenciamento”. Conforme Grada Kilomba (2016b, p. 5 *apud* BERTH, 2019, p. 113), essa é “a máscara [que] não pode ser esquecida. Ela foi uma peça muito concreta, um instrumento real que se tornou parte do projeto colonial europeu por mais de 300 anos e que continua hoje a subalternizar a comunidade negra e, sobretudo, as mulheres a ela pertencentes.

Em relação mais direta ao tema deste artigo, todos estes processos históricos de dominação construíram como padrão a beleza eurocêntrica, que se tornou, e ainda persiste, símbolo primordial de estética, erigido e ratificado pelo olhar colonizador. Desse modo, as práticas advindas do colonialismo fizeram com que a autoimagem da negritude, especificamente a imagem da mulher negra, a qual está inserida na massa marginal da sociedade, fosse cada vez mais deturpada e silenciada, no que concerne às suas características fenotípicas, como o seu cabelo, a cor de sua pele, seus traços faciais e corporais e a sua linguagem.

Sendo assim, apesar de o tema amplo deste artigo, a *beleza*, ser assunto muitas vezes tratado como superficialidade, defendemos que ele abarca em si diversas questões historicamente importantes, talvez principalmente para as mulheres, estas que também sofrem enquanto conjunto a própria pressão do patriarcado e a determinação dos papéis sociais. Para refletir acerca da importância da estética como instrumento político de empoderamento feminino negro e, em última instância, de empoderamento da negritude como um todo, pautamo-nos em Wolf (1992), com o

intuito de contribuir com um olhar sobre a beleza como qualidade essencial que estimulou o processo de competição e de rivalidade feminina, além de ser poderosa arma colonizadora não só dos corpos, como veremos.

Desde o período inicial da escravidão, passando pelo momento em que se sucedeu a abolição e ainda atualmente, as mulheres negras encontram-se responsáveis pela dupla jornada trabalhista e são submetidas a diversas formas de exploração. O sustento familiar, o trabalho doméstico e a carreira profissional consomem uma carga horária exaustiva na vida das mulheres em geral, mas especialmente na vida das mulheres negras, o que contribui para sua desvalorização e estigmatização por meio de práticas opressoras.

As relações abusivas dos corpos escravizados das mulheres negras eram constantes, e elas tinham o direito sobre seus corpos completamente violados e desumanizados, sofriam violências físicas, sexuais e psicológicas tanto dos seus senhores, quanto dos escravos – livres ou não – e não existia nada que pudesse contestar esse fato. De acordo com Sueli Carneiro,

fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras, ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras e prostitutas. Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar. Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem, a serviço de frágeis sinhazinhas e senhores de engenho tarados (CARNEIRO, 2003, p. 50-51 *apud* RIBEIRO, 2018, p. 49).

Neste ínterim, a indústria estética continua estimulando as mulheres a não se aceitarem, a sentirem aversão a seus corpos e conseqüentemente às suas identidades, para, assim, se submeterem a cirurgias plásticas e a outros tipos de procedimentos relacionados à beleza, inclusive estimulando compra excessiva de produtos os mais diversos.⁵ E, ainda assim, a definição de beleza continua sendo abstrata. Se refletirmos sobre o olhar de uma mulher negra, marcado por fortes imposições de condutas, que opta consciente ou inconscientemente por cirurgias para afinar o nariz, cremes para clarear a pele e produtos para alisamento capilar, ser bela é se enquadrar a uma lógica racista, pautada por elementos associados ao sexismo e à ideologia do branqueamento.⁶

A hiperssexualização, sobretudo do corpo de uma mulher negra, contribui para que ela seja caracterizada como objeto sexual. Apesar de os padrões de beleza atribuídos às mulheres negras serem diferentes dos estabelecidos para as mulheres brancas, essa prática se associa também ao colorismo, como processo que se dá em relação à pigmentação da pele. A partir dele, quanto mais traços finos e próximos ao das mulheres brancas a mulher negra tiver, mais desejável e sensual ela será considerada; e quanto mais pigmentada ela for, mais exclusão sofrerá. O colorismo, que deveria ser um fator que une as mulheres negras, acaba contribuindo ainda mais para o processo de competição e rivalidade. Wolf (1992) discorre sobre a influência da mídia no sentido de disseminar conteúdos problemáticos, que impõem uma terceira jornada de trabalho para as mulheres – uma vez que, para ser bonita, basta somente se esforçar adquirindo diversos tratamentos diferentes, que, além de tempo, demandam também um gasto econômico excessivo para as mulheres.

⁵ Segundo pesquisas de mercado, as mulheres são responsáveis por 53% do consumo neste nicho (beleza). Disponível em: <https://www.ecommercebrasil.com.br/noticias/mulheres-dominam-compras-online-de-moda-e-beleza>. Acesso em: 29 mar. 2021.

⁶ Mesmo as mulheres negras que tentam fugir da beleza alinhada à branquitude estão insatisfeitas com os produtos oferecidos no mercado, que não contemplam o fenótipo das mulheres negras. Disponível em: <https://revistamarieclaire.globo.com/Beleza/noticia/2020/11/pesquisa-revela-que-70-das-mulheres-negras-estao-insatisfeitas-com-o-mercado-de-beleza.html>. Acesso em: 29 mar. 2021.

Neste sentido, Akotirene (2019) revela a importância de pensarmos a categoria *mulher negra* a partir do conceito de interseccionalidade, proposto de modo mais concreto por Kimberlé Crenshaw.⁷ A autora afirma que “a interseccionalidade é sobre a identidade da qual participa o racismo interceptado por outras estruturas” (AKOTIRENE, 2019, p. 48). Desse modo, é importante considerar raça, classe, gênero e sexualidade como pontos fundamentais na teoria do feminismo negro, no sentido de que “[...] o lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas (RIBEIRO, 2018, p. 69)”, isto é, as mulheres vivenciam diferentes tipos de opressões a depender das categorias que as constituem. Com isso, o ato de empoderar-se, tanto individual quanto coletivamente, é fundamental para a transgressão e emancipação da mulher negra enquanto sujeito político e social.

É preciso considerar, no entanto, que a *web 2.0*, a das redes sociais, se, por um lado, ainda (re)produz o racismo estrutural, que vem nos constituindo historicamente, por outro, pode ser uma importante aliada na luta pela emancipação da mulher negra. O presente artigo tem por objetivo compreender, baseando-se nos pressupostos teórico-metodológicos da análise do discurso francesa, mais especificamente da Análise do Discurso Digital (PAVEAU, 2017, 2021), como ocorrem os processos de ressignificação (PAVEAU, 2019, 2021) nos coletivos de mulheres negras na *web*. Para isso, partiremos das redes sociais (*Instagram* e *Facebook*) para observar como se constroem os valores não apenas semânticos, mas políticos e ideológicos, de determinadas palavras, expressões e imagens mobilizadas por esses coletivos.

Nosso foco incide, especialmente, nos processos argumentativos (verbais, visuais e verbo-visuais) de postagens, *hashtags*, fotomontagens e vídeos que os coletivos de mulheres negras mobilizam *on-line*, isto é, nos recursos linguístico-discursivos mobilizados para responder às ofensas dirigidas à coletividade a que pertencem. Consideremos como contradiscurso todo o processo de ressignificação das feridas linguísticas imputadas às mulheres negras em resposta à estigmatização desta coletividade. Os contradiscursos são considerados como um forte instrumento de luta e empoderamento feminino, se considerarmos que “empoderar-se é uma aliança entre conscientizar-se criticamente e transformar na prática, algo contestador e revolucionário em sua essência” (BERTH, 2019, p. 53).

De acordo com Gonzalez (2020), entre 1976 e 1985, ocorreu a formação dos primeiros coletivos autônomos de mulheres negras no Brasil. O coletivo Nzinga, com sede na Associação do Morro dos Cabritos, zona oeste do Rio de Janeiro, fundado por Gonzalez e outras ativistas negras, foi a primeira rede organizacional e comunicativa a divulgar um periódico publicado entre 1985 e 1989 intitulado “Nzinga Informativo”, que pretendia discutir temáticas acerca de desigualdades de raça e de gênero. Esse foi um importante documento histórico para o feminismo negro, incentivando a intelectualidade negra brasileira por meio da escrita.

Neste contexto de luta, Berth (2019) compreende o feminismo negro a partir do conceito de empoderamento, iniciando com uma descrição acerca da formação etimológica da palavra *empower*, na língua inglesa, e sua relação com a formação da palavra *empoderamento* na língua portuguesa. É importante salientar que a palavra *empoderamento*, que significa dar poder ou habilidade a algo ou alguém, carrega consigo um grande esvaziamento histórico de sentido. No Brasil,

⁷ Kimberlé Williams Crenshaw é defensora dos direitos civis americana e uma das principais estudosas da teoria crítica da raça. Ela é professora em tempo integral na Faculdade de Direito da UCLA e na Columbia Law School, onde se especializa em questões de raça e gênero. Crenshaw é também fundadora do Centro de Interseccionalidade e Estudos de Política Social da Columbia Law School (CISPS) e do Fórum de Política Afro-Americano (AAPF), bem como presidente do Centro de Justiça Interseccional (CIJ), com sede em Berlim (via Wikipedia).

o empoderamento é um fenômeno linguístico de neologismo, caracterizado “por atribuir um novo sentido a uma palavra já existente” (BERTH, 2019, p. 29).

Quando a palavra *empoderamento* é utilizada em outros campos do saber, ela perde seu sentido teórico e passa a ser abordada de forma individual. Da perspectiva do feminismo negro, uma mulher negra não pode se empoderar sozinha, centrando-se no individualismo, uma vez que o seu grupo minoritário continua sendo vítima da fragilidade social. A partir do momento em que pensamos no processo de formação de comunidades, a coletividade pode mudar e se elevar promovendo a emancipação conjunta; isto é, o empoderamento de fato só se efetiva coletivamente.

Outro marco importante para o empoderamento feminino negro foi a instauração da “Noite da Beleza Negra”, fundada em 1974. Essa noite consistia em um bloco afro de carnaval chamado Ilê Ayê, em que escolhiam a Deusa do Ébano como um ato de representatividade da beleza negra e não de competição. Essas mulheres negras produziam seu figurino e eram selecionadas como filhas de Orixás. O evento ocorria em Salvador-Bahia com o propósito de “revalorização da mulher negra, tão massacrada e inferiorizada por um machismo racista, assim como por seus valores estéticos eurocêtricos” (GONZALEZ, 2020, p. 215). Depois, as atividades desenvolvidas pelo bloco se expandiram para recorrência anual e não somente no carnaval e, a partir disso, esse ato de descolonização cultural promove até hoje a afirmação da estética da mulher negra e o fortalecimento dos membros de toda comunidade, valorizando a cultura afro-brasileira como um todo.

2 RESSIGNIFICAÇÃO: FUNDAMENTOS

Inicialmente, de acordo com Marie-Anne Paveau (2019, 2021), é possível observar a ressignificação a partir de três categorias: recontextualização enunciativa, publicação analógica e produção de um dispositivo cultural. Produzir ressignificação está relacionado ao processo de circulação discursiva. Na filosofia, especificamente no campo de estudos de gênero, pesquisas como as de Donna Haraway (2007) possibilitaram a criação de uma *metáfora do renascimento*, recorrendo à imagem de uma salamandra (anfíbio caracterizado por membros curtos, corpo delgado e aparência de lagarto), justamente pelo fato de os seus membros se regenerarem após a perda em algum ferimento, tendo suas funções restauradas – a leitura desta prática biológica a partir da Linguística é o fundamento do conceito de ressignificação, conforme proposto pela autora.

O conceito de ressignificação tem suas origens também em Butler (2017), quando a pensadora afirma que “o sujeito se reapropria de um termo ofensivo a partir de uma ‘ferida linguística’ e o devolve contra [uma] fonte enunciativa ofensiva num ato de linguagem que produz um poder de ação linguístico” (BUTLER, 2017 *apud* PAVEAU, 2019, p. 2).

Dessa perspectiva, o poder de ação linguístico está relacionado com a “sobrevivência linguística” do enunciado, que é ele mesmo ressignificado, isto é, há inversão dos valores axiológicos nele investidos, porém mantendo a mesma estrutura significante. Em outras palavras, a partir de uma mesma materialidade significante, constrói-se, por meio da ressignificação, uma materialidade discursiva completamente distinta, acrescida de um valor performativo e *coletivizante*. Assim, a ressignificação, conforme Paveau (2019, p. 2), pode ser pensada como um processo dividido em quatro etapas: a) ferida linguística, b) reapropriação, c) inversão, d) produção da ação.

A partir destas características, a ressignificação se enquadra teoricamente em um processo não só linguageiro, pois se apropria de um código de linguagem (uso de palavras e expressões) para se relacionar, mas também linguístico-discursivo, porque fundamenta-se em ambientes linguísticos nos quais o sujeito da ação se insere a partir da sua contextualização material; e políticos, porque o sujeito agredido com aquilo que lhe foi atribuído, produz a partir da ofensa uma resposta

inovadora performativa e coletivizante. Para Butler (2017), enxergar o caráter metadiscursivo e metapolítico da resignificação é o mais importante, pois a resignificação é um processo de revolução que acaba possibilitando determinada mudança histórica.

No campo dos estudos linguísticos, a noção de resignificação aparece em alguns trabalhos, mas nunca é mencionada como um processo teórico que possibilita uma mudança não só semântica, mas sobretudo política. Da perspectiva dos estudos discursivos, Marie-Anne Paveau (2019, 2021) teorizou sobre a noção de resignificação, que tem papel fundamental para os militanismos de gênero.

No campo dos estudos feministas, o processo de resignificação é descrito como uma reparação linguística⁸ para retratar o modo de reapropriação dos discursos ofensivos dirigidos às mulheres, transformando-os em bandeiras de lutas para elas. A resignificação é um processo importante mobilizado pelas mulheres como ferramenta de luta, militância e resistência. Na esteira dos trabalhos anteriormente mencionados, podemos afirmar que “a resignificação não é, portanto, apenas um processo semântico-pragmático, mas um dispositivo discursivo total, que envolve formas discursivas variadas e plurissemióticas” (PAVEAU, 2019, p. 13).

Para a pesquisadora francesa, a resignificação pode ser descrita como um processo discursivo a partir de sete critérios linguístico-(tecn)discursivos:

- (1) critério pragmático: existe uma ferida linguageira provocada pelo insulto, estigmatização, ataque, etc. a respeito da identidade de uma pessoa ou grupo,
- (2) critério interacional: uma resposta ao enunciado ofensivo é produzida,
- (3) critério enunciativo: o sujeito agredido é a origem enunciativa da resposta, que ele retoma do enunciado ofensivo por conta própria como autocategorização, ou ele provoca uma simples recontextualização,
- (4) critério semântico-axiológico: o enunciado-resposta compreende uma inversão ou mudança semântica e/ou axiológica,
- (5) critério discursivo: o enunciado-resposta é produzido em contexto diferente do enunciado ofensivo, que é recontextualizado pela “abertura a contextos desconhecidos” (BUTLER, 2005, p. 234),
- (6) critério sociossemântico: o uso recontextualizado do elemento linguageiro é julgado como aceitável e reconhecido como tal pelos sujeitos implicados, que formam um sujeito coletivo e
- (7) critério pragmático-político: o enunciado resignificado é revolucionário, pois produz uma reparação e uma resistência, ampliando a coesão do sujeito militante (KUNERT, 2010) (PAVEAU, 2019, p. 8).

Considerando os universos discursivos digitais, a metodologia utilizada para a coleta de dados advém do *corpus* “*au vol*”,⁹ desenvolvido por Sophie Moirand (2020). Esse tipo de metodologia consiste na coleta de dados baseada em experiências pessoais do pesquisador/a, a partir das quais é possível navegar na *internet* analisando como se dá o funcionamento desses discursos. A metodologia dos “pequenos *corpora*”¹⁰ em nada deixa a desejar no tocante aos dispositivos de recolha dos grandes *corpora*; pois, como aponta Goodwin (*apud* PAVEAU, 2019, p. 11), “não é a

⁸ Do inglês “linguistic reclamation”, mas a tradução literal por reparação não abarca a dimensão semântica do processo. No francês existe uma instabilidade lexical em torno de três termos: resignificação (*resignification*), reapropriação (*réappropriation*) e (retournement) inversão.

⁹ Do francês *ao voo*.

¹⁰ Trabalhar sobre pequenos *corpora* permite encontrar as formas linguageiras não necessariamente “frequentes”, no sentido estatístico do termo, mas sim as formas “emergentes”, reveladoras do tempo presente e que por conta disso são parte de um “arsenal argumentativo” (Angenot) em um momento da história de uma sociedade, um arsenal que porta ele mesmo a História dessa sociedade (MOIRAND, 2020, p. 51).

similaridade dos exemplos ou dos fragmentos de *corpus* que conta, mas a sua capacidade de permitir o aprofundamento de um problema particular”.

3 BREVES ANÁLISES: A POLÊMICA DA “KRESPINHA” E O PODER DO PENTE-GARFO

As práticas digitais nativas de ressignificação discursiva passam por tipos de recontextualização enunciativa – repetição de palavras, enunciados ou signos em contexto diferente do original, relacionando-se com o agredido e não com o ofensor. A primeira delas é a republicação simples, compreendida como transferência de um espaço de publicação para outro diferente. Outro tipo é a republicação como um comentário ressignificante, na qual ocorre a inversão dos valores dos insultos e, por fim, a retomada enunciativa que se efetiva quando o termo é colocado em circulação em um novo contexto que modifica seus sentidos (PAVEAU, 2019, p. 12-13).

Quanto à publicação analógica, que permite a colocação em rede a partir de uma nova produção (sinônima ou parecida) análoga à do ataque, ela pode ocorrer através de imagens fixas ou imagens em movimento (vídeos). Conforme Paveau (2019, p. 14), essas características podem variar de modo que sejam enquadradas entre os códigos dominantes: escritural, icônico e oral. A dominante escritural se dá por intermédio de produções plurissemióticas nas quais o escrito é o código dominante; a icônica apresenta elementos plurissemióticos, que se constituem por meio de imagens, fotomontagens, entre outros; e a dominante oral caracteriza-se pela oralidade, como a leitura dos comentários em voz alta, a interpretação dos insultos mediante paródias, a reimplantação de contradiscursos através de tutoriais de beleza que favorecem o empoderamento feminino, entre outros.

Logo, é notório enfatizar que as práticas tecnodiscursivas adotadas na perspectiva da Análise do Discurso de linha francesa e também com a contribuição de outros campos de estudos, como a filosofia, a sociologia, a comunicação e as ciências da informação, podem abordar de modo pertinente e relevante a capacidade de subversão dos insultos propagados nos coletivos de mulheres negras na *web 2.0*, mais especificamente nas redes sociais.

A seguir, apresentamos uma propaganda da palha de aço criada por uma empresa brasileira, que foi intitulada “Krespinha” (Figura 1). Em um primeiro momento, nota-se uma publicação com uma nota de repúdio da CUT,¹¹ realizada no dia 17 de junho de 2020 no *Instagram* do coletivo de mulheres negras Nzinga,¹² acerca dessas esponjas (Figura 2). Nela lemos o seguinte enunciado: “Cabelo crespo não é esponja de aço, isso é estereótipo racista! #BombrilRacista”:

¹¹ Central Única dos Trabalhadores.

¹² Disponível em: <https://www.instagram.com/nzinga2020/>. Acesso em: 29 mar. 2021.

Figura 1 – Esponja Krespinha



Figura 2 – Publicação de repúdio no Instagram¹³



Fonte: Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CBjJwepvji/>. Acesso em: 29 mar. 2021.

A Bombril é uma empresa brasileira especializada em produtos voltados para o setor de limpeza doméstica, fundada por Roberto Sampaio Ferreira, com a inauguração da primeira fábrica no ano de 1976. Se nos atentarmos ao site da Bombril, na aba em que contam a história sobre a empresa,¹⁴ encontramos a seguinte afirmação: “nossas mais de 15 marcas contam com posições muito relevantes de mercado e carregam valores que simbolizam respeito pelo consumidor, excelente relação qualidade/preço e grande versatilidade. Isso é o que garante nossas mil e uma utilidades”; porém estes mesmos valores não estão concretizados na esponja “Krespinha”, que desrespeita de modo mais direto a comunidade negra.

A primeira esponja da empresa foi lançada em uma campanha de 1952 pela empresa S.A Barros Loureiro Indústria e Comércio (SABARC). Nela a esponja era personificada na figura do cabelo da garota negra, que falava: “No Rio, todos me conhecem. Sou Krespinha – a melhor esponja para a limpeza da cozinha. As paulistas também vão me querer bem”, conforme o anúncio antigo. Em 2020, a esponja foi relançada pela Bombril, reforçando o estereótipo racista de que cabelo de negro é duro e, portanto, remete a uma esponja como as comercializadas pela Bombril.

Neste contexto, os/as internautas recorreram à *hashtag* #BombrilRacista para explicitar a indignação com o acontecimento, viralizando nas redes sociais essa *hashtag* e promovendo debates intensos sobre o tema, tanto sobre o racismo estrutural, que permeia a sociedade brasileira, quanto sobre os estereótipos infringidos à mulher negra, metonimicamente representada no anúncio da empresa. A Bombril se pronunciou por meio de uma nota¹⁵ no *Twitter* dizendo apenas que ia retirar esse produto do seu catálogo.

De acordo com a teoria da resignificação proposta por Marie-Anne Paveau (2019, 2021), o *post* divulgado no *Instagram* do coletivo negro Nzinga caracteriza-se como um tipo de recontextualização enunciativa, uma vez que é colocado em circulação discursiva quando retirado da Central Única dos Trabalhadores, fato que possibilita a republicação na página do coletivo. Mais especificamente, trata-se de uma recontextualização enunciativa por meio de uma republicação com comentário resignificante, trazendo a inversão dos valores ao dizer “Cabelo crespo não é esponja de aço, isso é estereótipo racista!”, além da legenda apontando revolta e indignação pela empresa. Um dos comentários observáveis também enuncia que “Vai ter ataque feminista antirra-

¹³ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CBjJwepvji/>. Acesso em: 29 mar. 2021.

¹⁴ Disponível em: <https://www.bombril.com.br>. Acesso em: 29 mar. 2021.

¹⁵ Disponível em: <https://twitter.com/BombrilOficial/status/1273329890939613185>. Acesso em: 29 mar. 2021.

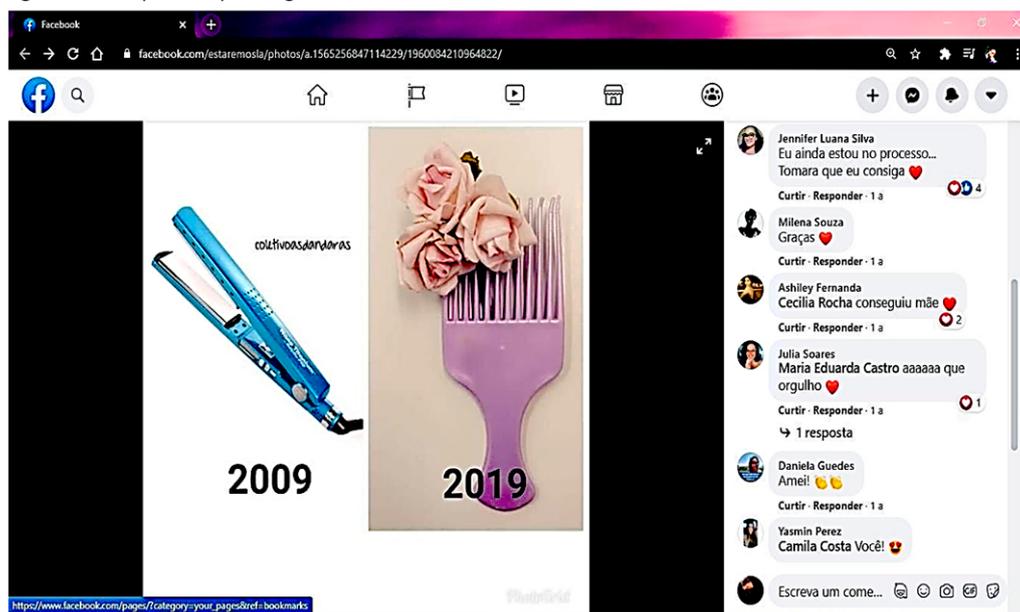
cista sim”. Esse tipo de ressignificação pode ser lido a partir dos critérios (1), (2), (3), (4) e (5). Nela, apenas o critério (6) encontra-se ausente.

As reivindicações em relação à empresa Bombril são extremamente necessárias, uma vez que

os cabelos são um importante elemento estético de autoafirmação e de amor à própria imagem, sobretudo para as mulheres, independentemente de suas etnias. E esse estigma recai sobre os ombros de mulheres negras desde a mais tenra infância, pois nossos cabelos são alvos constantes de injúrias, rejeições e manifestações racistas, estejam eles alisados ou ao natural (BERTH, 2019, p. 116).

Além disso, várias pesquisas¹⁶ apontam que a textura do cabelo crespo surge a partir do processo evolutivo das espécies, permitindo a sobrevivência da população negra em ambientes muito quentes. A textura crespa mantém uma camada de ar mais frio perto do couro cabeludo, protegendo o couro e o cérebro em condições de alto calor e exercícios extenuantes. Brevemente, podemos citar mais um exemplo de ressignificação que segue esta mesma temática, dessa vez numa publicação feita no *Facebook*:

Figura 3 – Chapinha e pente-garfo¹⁷



Essa fotomontagem criada pelo Coletivo Dandaras foi publicada no dia 18 de janeiro de 2019 no coletivo de mulheres negras intitulado “Estaremos lá”. A Figura 3 apresenta um processo de ressignificação a partir do “desafio dos 10 anos”, que consistia em postar um autorretrato de um ano e em seguida uma foto atual, datada de dez anos depois. Os acessórios de inscrição utilizados foram a chapinha e o pente-garfo, mostrando o processo evolutivo de transição capilar vivenciado pelas mulheres negras durante esta década.

Nos comentários, foi possível perceber a interação das mulheres que ainda estão passando pelo processo de transição, assim como também das que, por diversos fatores, ainda não conseguiram.

¹⁶ Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0733863513001253?via%3Dihub%20>. Acesso em: 29 mar. 2021.

¹⁷ Disponível em: <https://www.facebook.com/estaremosla/photos/a.1565256847114229/1960084210964822/>. Acesso em: 29 mar. 2021.

A publicação também é um exemplo de publicação analógica seguindo os 7 critérios de ressignificação: (1) pragmático: por meio da fotomontagem que denuncia a ferida linguageira; (2) interacional: a relação entre o *post* e os comentários das mulheres produzem uma resposta à estigmatização do cabelo negro; (3) enunciativo: o *post* ressignificado é divulgado em outros espaços por meio de compartilhamentos; (4) semântico-axiológico: o objeto usado para cuidar dos cabelos é ressignificado, pois de um lado, alisar o cabelo, que era um insulto para as mulheres negras, é modificado pela reafirmação do amor próprio representado pela utilização do pente-garfo, que é usado no cabelo natural; (5) discursivo: a fotomontagem é produzida em contexto diferente dos insultos; (6) sócio-semântico: as mulheres negras se sentem representadas por passar pelo processo de transição capilar e aceitação identitária, além de pertença à coletividade determinada pela negritude; e (7) pragmático-político: o enunciado é revolucionário, pois produz reparação e resistência.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os fatos discursivos analisados, embora não sejam muito numerosos, levam-nos a dizer que os contradiscursos em ambiente digital, produzidos e ressignificados pelos coletivos de mulheres negras, são atos imprescindíveis na luta pela emancipação das mulheres negras, pois essas práticas intensificam a produção e a valorização do debate público entre essas mulheres, ampliando e fortalecendo o conceito de empoderamento por meio da prática coletiva. Nesse sentido, é possível pensar no processo de ressignificação a partir de um viés político e ideológico, com o objetivo de promover transformações históricas que deem conta das problemáticas estruturais relacionadas a estética, ascensão econômica, liderança, entre outros, possibilitando o fortalecimento da autoestima, da autodefinição e da disseminação do conhecimento e formação política das mulheres negras. Conforme Berth aponta,

[...] como mulheres negras, não compartilhamos somente história de opressão; é preciso conhecer os caminhos de luta percorridos nessas opressões. Em outras palavras, não perder a perspectiva histórica de resistência e possibilidades de reexistir a partir da autodefinição (BERTH, 2019, p. 92).

O feminismo negro é o símbolo responsável por ressignificar a categoria *mulher negra*, marcando o lugar de fala (RIBEIRO, 2018) e resistência de quem o propõe – o que nunca foi considerado no feminismo hegemônico, dito global (em que a categoria *mulher* foi universalizada e serviu especialmente à branquitude feminina/feminista). Ademais, é fundamental atrelar o conceito de interseccionalidade a cada luta, especificando o lugar social de cada sujeito. Alinhamo-nos a Gonzalez (2020) quando a pesquisadora afirma que

pelo exposto, talvez se conclua que a mulher negra desempenha um papel altamente negativo na sociedade brasileira dos dias de hoje, dado o tipo de imagem que lhe é atribuído ou dadas as formas de superexploração e alienação a que está submetida. Mas há que se colocar, dialeticamente, às estratégias de que ela se utiliza para sobreviver e resistir numa formação social capitalista e racista como a nossa (GONZALEZ, 2020, p. 62).

Assim, segue-se a luta constante por representatividade e voz ativa para as mulheres negras em todos os espaços – sejam públicos ou privados, institucionais ou não – luta esta que fica ainda mais exacerbada, evidente, democratizada e expandida pelo uso das redes sociais. É imperativo descaracterizar o olhar essencialista do “mito da beleza” diante dos corpos e intelecto das mu-

lheres, sobretudo das mulheres negras. Esperamos com este artigo ter demonstrado que, em ambiente digital, as coletividades historicamente ofendidas encontram também um meio linguístico-discursivo de responder aos diversos ataques que lhe são desferidos, ressignificando estas práticas agressivas e promovendo uma nova e necessária compreensão acerca do lugar da mulher negra na sociedade.

REFERÊNCIAS

- ACUSAÇÃO de racismo pela Bombril. 2020. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/06/17/bombril-acusacao-racismo-produto.htm>. Acesso em: 25 mar. 2021.
- AKOTIRENE, C. *Interseccionalidade*. São Paulo, editora Jandaíra, 2019.
- ALMEIDA, S. L. de. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- BERTH, J. *Empoderamento*. São Paulo: Jandaíra, 2019.
- BOMBRIL relança “Krespinha” e é acusada de racismo na web. 2020. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/cidadania/bombril-relanca-esponja-krespinha-e-e-acusada-de-racismo-na-web/>. Acesso em: 24 mar. 2021.
- BRASIL: gráfico populacional por cor ou raça. 2019. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>. Acesso em: 26 mar. 2021.
- BUTLER, J. *Le pouvoir des mots: discours de haine et politique du performatif*. Tradução Charlotte Normann/Jerôme Vidal. Paris: Éditions Amsterdam, 2017.
- COMUNICADO. Disponível em: <https://twitter.com/BombrilOficial/status/1273329890939613185>. Acesso em: 29 mar. 2021.
- ESTAREMOS lá. Disponível em: <https://www.facebook.com/estaremosla/photos/a.1565256847114229/1960084210964822>. Acesso em: 29 mar. 2021.
- GONZALEZ, L. *Por um feminismo Afro-latino-americano*. Rio de Janeiro: Schwarcz S.A, 2020.
- HARAWAY, D. *Manifeste cyborg et autres essais: sciences - fictions - féminismes*. Paris: Exils Éditeur, 2007.
- INTERNAUTAS falam em racismo nas redes sociais. 2020. Disponível em: <https://noticias.r7.com/economia/bombril-relanca-esponja-krespinha-e-internautas-falam-em-racismo-17062020>. Acesso em: 26 mar.2021.
- JABLONSKI, G. N. *The evolution of skin pigmentation and hair texture in people of african ancestry*, 2014. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0733863513001253?via%3Dihub%20/>. Acesso em: 29 mar. 2021.
- MOIRAND, S. A contribuição do pequeno corpus na compreensão de fatos da atualidade. Trad. de Fernando Curtti Gibin e Julia Lourenço Costa. *Revista Linguagem*, São Carlos, v. 36, p. 21-37, jul./dez. 2020.
- MULHERES dominam compras online de moda e beleza. 2015. Disponível em: <https://www.ecommercebrasil.com.br/noticias/mulheres-dominam-compras-online-de-moda-e-beleza>. Acesso em: 29 mar. 2021.

NOITE da Beleza Negra. 2018. Disponível em: <https://diaspora.black/noite-da-beleza-negra/>. Acesso em: 26 mar. 2021.

NZINGA informativo: a imprensa feminista feita por negras e para negras. 2016. Disponível em: <https://medium.com/@demode/nzinga-informativo-a-imprensa-feminista-feita-por-negras-e-para-negras-87eeabed6271>. Acesso em: 22 mar. 2021.

NZINGA2020. Disponível em: <https://www.instagram.com/nzinga2020/>. Acesso em: 29 mar. 2021.

PAVEAU, M.-A. L'analyse du discours numérique. Dictionnaire des formes et des pratiques, Paris, Herman, 2017. Tradução brasileira: COSTA, J. L.; BARONAS, R. L. *Análise do discurso digital: dicionário das formas e das práticas*. Campinas: Pontes Editores, 2021.

PAVEAU, M.-A. La ressignification. Pratiques technodiscursives de répétition subversives sur le web relationnel. In: PAVEAU, M.-A. (dir.). *Discours numériques natifs: des relations sociolinguistiques connectées*. *Langage & Société*, n. 167, 2019/2.

PAVEAU, M.-A; COSTA, J. L.; BARONAS, R. L. *Ressignificação em contexto digital*. São Carlos/SP: EDUFSCar: FAPESP, 2021.

PESQUISA revela que 70% das mulheres negras estão insatisfeitas com o mercado de beleza. 2020. <https://revistamarieclaire.globo.com/Beleza/noticia/2020/11/pesquisa-revela-que-70-das-mulheres-negras-estao-insatisfeitas-com-o-mercado-de-beleza.html>. Acesso em: 29 mar. 2021.

RIBEIRO, D. *Lugar de fala*. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

SOBRE a Empresa Bombril. 2021. Disponível em: <https://www.bombril.com.br/sobre/empresa>. Acesso em: 29 mar. 2021.

WOLF, N. *O mito da beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres*. Tradução Waldéa Barcellos. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.